



ASSESSORIA PARLAMENTAR



CARTA DE INTENÇÕES AO PRÉ-CANDIDATO À PRESIDÊNCIA LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

→ SITUAÇÃO DA CATEGORIA NO GOVERNO ATUAL

Desde o início do Governo Bolsonaro (2019) não houve nenhum reajuste, ainda que o atual Presidente tenha feito uma promessa pública de reestruturação das carreiras, a qual não foi cumprida, mesmo com orçamento aprovado para este fim. Pelo contrário, houve redução do salário com o aumento da alíquota previdenciária. Também não houve qualquer mesa de negociação, ou seja as entidades de classe não forma chamadas para tratar sobre essa recomposição salarial.

Das Carreiras Típicas de Estado, a carreira de Delegado da Polícia Federal é uma das que menos teve recomposição salarial desde 2006. Se consideradas as carreiras jurídicas, hoje a carreira de Delegado é a menos atrativa. E isso é preocupante pois a polícia federal tem um papel importantíssimo na sociedade no combate aos diversos crimes, como tráfico de pessoas, pedofilia, drogas e crime organizado, sem contar que a PF traz 43 bilhões de reais todos os anos aos cofres públicos em apreensões e prejuízos evitados. Além disso, tivemos perdas de direitos com a Reforma da Previdência como a Pensão por morte. Hoje um policial federal que morre deixa a família desamparada na grande maioria dos casos. Além disso, passou a ter um tempo maior para se aposentar, um prejuízo grande inclusive para a aposentadoria da mulher policial.

Vale salientar que os Delegados de Polícia e os demais policiais federais tem dedicação exclusiva e não possuem qualquer outra forma de remuneração, como honorários, bônus de produtividade, auxílio-moradia, etc.

O conjunto de reformas que vêm sendo feito desde 2019, como Reforma da previdência (PEC 6/2019), PEC Emergencial (PEC 186/2019) e Reforma administrativa (PEC 32/2020) desprestigiaram a carreira de Delegado de Polícia e a polícia federal.



ASSESSORIA PARLAMENTAR



→ PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA

1. Reajuste salarial: Houve uma defasagem de mais de 40% no salário pelo IPCA desde 2006 quando foi inserido o subsídio até o final do ano de 2021;
2. Adicional de Fronteira: Extensão das localidades e atualização do valor do adicional de fronteiras, visto que é um fator importante de fixação do policial numa localidade de difícil provimento; Hoje temos cidades por exemplo como Imperatriz, Marabá, Santarém e outras da Amazônia Legal que não foram contempladas, gerando grande dificuldade de provimento nestes estados. O aumento de despesa é ínfimo aos cofres públicos, podendo ser feita uma alteração para que seja retirado do Fundo Nacional de Aparelhamento da Polícia Federal (FUNAPOL).
3. Atualização do auxílio alimentação, do auxílio pré-escolar e do per capita relativo à saúde suplementar, os quais estão há muitos anos sem reajuste, possuindo valores bem menores que o judiciário, ministério público e legislativo.
4. Concurso Público: Há 15.000 cargos criados para a polícia federal e, destes, 3 mil vagas estão abertas para as diferentes carreiras do órgão. Em verdade o recomendado era termos pelo menos 20 mil policiais, considerando as inúmeras competências da Polícia Federal e a extensão territorial do Brasil. A ADPF defende para tal que seja criado uma lei, de iniciativa do executivo, criando concurso público de forma obrigatória quando houver 5% de vagas abertas na PF. Isso fará com que todos os anos tenhamos concurso para a Polícia Federal, utilizando assim, de forma responsável, a Academia Nacional de Polícia, instituição de ensino extremamente capacitada. O presidenciável que se comprometer neste sentido certamente estará dando uma grande contribuição, pois só quem ganha é a sociedade e o próprio governo, já que a cada um real investido na PF tem se o retorno de 5,3 reais. Recurso gasto na PF é na verdade investimento; Vale salientar que existe no congresso duas propostas legislativas neste sentido, PLS 409/15-SF e PL 3597/19-SF, contudo entendemos que pode haver vício de iniciativa nas propostas, razão pela qual o ideal é que a proposta venha do executivo.



ASSESSORIA PARLAMENTAR



5. Mandato para Diretor-Geral: Esta talvez seja uma das medidas mais importantes e necessárias de qualquer governo. Vejam que só neste governo tivemos 4 Diretores-Gerais, o que inviabiliza qualquer planejamento a médio e longo prazo. A mudança na Direção impacta em toda a estrutura hierárquica do órgão (Diretores, Coordenadores e Superintendentes e respectivas equipes), prejudicando todo funcionamento do trabalho que já vem sendo desenvolvido. Além disso gera uma insegurança dentro da corporação. O mandato blinda a PF de qualquer possibilidade de interferência, inclusive evita que a própria imprensa e outras forças falem de interferência do governo, o que sempre gera um desgaste da Polícia e do próprio governo; A Associação defende o modelo de mandato com lista tríplice. Há no congresso duas propostas legislativas neste sentido: PEC 78/2011-SF e PEC 15/20-SF.
6. Autonomia da PF: A Polícia Federal tem maturidade institucional para ter sua autonomia funcional, financeira e administrativa. Essa autonomia não gera receio em relação ao fato de se tratar de órgão armado. A Defensoria Pública hoje tem autonomia e isto é uma conquista para a sociedade. Um exemplo da importância disso é a Autonomia administrativa. Atualmente, para a PF poder nomear um superintendente ou um de seus diretores tem que ter o aval político da casa civil ou do MJ. Com a autonomia administrativa isso não iria ocorrer, protegendo a PF mais uma vez de qualquer possibilidade de interferência e de referências neste sentido pela imprensa. Atualmente temos a PEC 412/09 na Câmara dos Deputados a qual até hoje não passou da Comissão de Constituição e Justiça.
7. Reestabelecimento dos direitos previdenciários perdidos na reforma da previdência: Urge que seja reestabelecida a condição especial para os policiais antes da reforma. Hoje a polícia federal é um dos órgãos com maior número de suicídios e de licença para tratamento de distúrbios psicológicos. E foi por este motivo que o legislador estabeleceu um tempo específico de atividade policial, sem idade mínima. O prolongamento da permanência de um policial após esse tempo tem efeitos na saúde física e mental do policial e, conseqüentemente, no seu desempenho o que, por óbvio, prejudica a própria PF. Além disso, como dito acima, é preciso reestabelecer a pensão por morte integral. Ser policial é uma profissão que precisa dessa valorização. É o mínimo que o estado pode fazer por quem desde seu juramento coloca sua própria vida a serviço da sociedade. A paridade e integralidade também precisam ser



ASSESSORIA PARLAMENTAR



explicitadas, inclusive aos novos policiais. As diferentes carreiras dos policiais federais não podem perder sua atratividade e o que vemos hoje é o contrário, cada vez mais torna-se uma profissão desvalorizada, inclusive frente a outras carreiras jurídicas ou típicas de estado.

8. Código de Processo Penal – A reforma do código de processo penal está hoje em trâmite sob a relatoria do Deputado João Campos. É preciso urgentemente aprovar as mudanças para que tenhamos uma modernização da investigação criminal, robustecendo o inquérito policial e a defesa e tornando mais célere a persecução penal, além de criar mecanismos de controle no que se refere aos procedimentos do ministério público, assim como já há no próprio inquérito policial.

→ PROPOSTAS QUE PREJUDICARAM OS SERVIDORES PÚBLICOS NO ATUAL GOVERNO E QUE PRECISAM SER REFORMULADAS

Nos últimos 3 anos:

- PEC da Reforma Previdenciária (PEC 6/2019):

Transformada em Emenda Constitucional n. 103, de 2019

Perda de direitos fundamentais dos policiais, como aumento do tempo de serviço, diminuição efetiva do salário por conta do aumento da alíquota previdenciária (em torno de 5%) e fim da pensão integral na maioria dos casos. Ou seja, atualmente o policial sai de casa e não sabe se volta, e se não voltar na maioria das vezes deixa a família desamparada.

- PEC Emergencial (PEC 186/2019):

Transformada em Emenda Constitucional n. 109, de 2021

- Lei Complementar n. 173, de 2020:

Coloca regras no controle de gastos dos Estados em troca de recursos para combate à pandemia, e com isso congelou o salário de servidores públicos do Brasil.

Luciano Soares Leiro – Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

Tania Fernanda Prado Pereira – Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal